

PARQUETUR IBITIPOCA ITACOLOMI S.A.
(ANTERIORMENTE SF 589 PARTICIPAÇÕES
SOCIETÁRIAS S.A.)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

PARQUETUR IBITIPOCA ITACOLOMI S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Acionistas da
Parquetur Ibitipoca Itacolomi S.A.
São Bernardo do Campo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Parquetur Ibitipoca Itacolomi S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parquetur Ibitipoca Itacolomi S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Adiantamento de clientes - ausência da totalidade da documentação suporte para o teste de amostras dos adiantamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13, a Companhia possui registrado na rubrica "Adiantamento de clientes" no passivo circulante, o montante líquido de R\$ 140 mil, o qual estabelecemos seleção de algumas contas por meio de amostragem, para que pudéssemos fazer a análise documental. Entretanto, não pudemos nos satisfazer das referidas análises pela não apresentação da totalidade dos documentos selecionados. Conseqüentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, opinarmos sobre o saldo da referida rubrica e os seus possíveis efeitos, se houver, nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.1 às demonstrações contábeis, a Companhia apurou prejuízo líquido no exercício no montante R\$ 391 mil. Tal situação levanta dúvidas sobre a capacidade da Companhia de continuar operando. Nesse sentido, a Administração da Companhia tem envidado esforços na busca de alternativas para equacionar e equilibrar os compromissos operacionais e financeiros da Companhia, e até o presente momento, tais condições não foram equacionadas e equilibradas. Entretanto, as premissas incluídas na avaliação dependem de eventos futuros que ocorrerão para que a Administração possa reverter o cenário atual. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes em decorrência dessas incertezas ou das medidas e premissas atualmente em andamento. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 18 de setembro de 2024.

PARQUETUR IBITIPOCA ITACOLOMI S.A.

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo			
	Nota	31/12/2023	31/12/2022		Nota	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	350	-	Fornecedores	10	27	-
Contas a receber de clientes	5	105	-	Obrigações trabalhistas e sociais	11	63	-
Adiantamentos diversos	6	35	-	Impostos e contribuições a recolher	12	191	-
Impostos e contribuições a recuperar		1	-	Adiantamento de Clientes	13	140	-
Despesas antecipadas	7	153	-	Outras contas a pagar		36	-
		643	-			457	-
Não circulante				Não circulante			
Partes relacionadas	9	748	-	Partes Relacionadas	9	7	-
Intangível	8	4.782	-			7	-
		5.531	-	Patrimônio líquido	15		
				Capital social		5.300	-
				Adiantamento para futuro aumento de capital		800	-
				Prejuízos acumulados		(391)	-
						5.710	-
Total do ativo		6.174	-	Total do passivo e patrimônio líquido		6.174	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARQUETUR IBITIPOCA ITACOLOMI S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	16	863	-
Custos das mercadorias e serviços prestados	17	(564)	-
Resultado bruto		299	-
Despesas administrativas e gerais	18	(671)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(372)	-
Resultado financeiro, líquido	19	(19)	-
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(391)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	20	-	-
Prejuízo do exercício		(391)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARQUETUR IBITIPOCA ITACOLOMI S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(391)	-
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes não serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>(391)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARQUETUR IBITIPOCA ITACOLOMI S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	800	-	800
Aumento de capital social	5.300	-	-	5.300
Prejuízo do exercício	-	-	(391)	(391)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>5.300</u>	<u>800</u>	<u>(391)</u>	<u>5.710</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARQUETUR IBITIPOCA ITACOLOMI S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(391)	-
Ajustes atividades operacionais		
Amortização	58	-
	<u>(333)</u>	<u>-</u>
Aumento/(Redução) nos ativos		
Contas a receber	(105)	-
Impostos a recuperar	(1)	-
Adiantamentos diversos	(35)	-
Despesas antecipadas	(153)	-
	<u>(293)</u>	<u>-</u>
Aumento (Redução) nos passivos		
Fornecedores	27	-
Obrigações trabalhistas e sociais	63	-
Imposto e contribuições a recolher	191	-
Adiantamento de Clientes	140	-
Outras contas a pagar	36	-
	<u>457</u>	<u>-</u>
Caixa gerado (Consumido) pelas operações	<u>(168)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo intangível	(4.840)	-
Partes relacionadas	(742)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	<u>(5.582)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital social	5.300	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	800	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>6.100</u>	<u>-</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>350</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	350	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>350</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Parquetur Ibitipoca Itacolomi S.A. (“Parquetur” ou “Companhia”), uma sociedade anônima, de propósito específico, constituída em 19 de dezembro de 2022, com sede na cidade de Lima Duarte, Estado de Minas Gerais, no Parque Estadual Ibitipoca, área rural, CEP 36140-000.

A Companhia tem como objeto social, específica e exclusivamente, a realização das atividades descritas no Edital da concorrência nº 01/2022, Processo SEI nº 2100.01.0079109/2021-09 (“Concorrência”), e no Contrato de concessão NPE/IEF N° 01/2023 celebrado entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, representado pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF (“Poder Concedente”).

A Parquetur é responsável pela realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da área contida dentro dos limites da Unidade de Conservação Parque Estadual do Ibitipoca e do Parque Estadual do Itacolomi, atuando, adicionalmente, em todas as atividades fixadas no Contrato de Concessão de Uso de Bem Público.

A Parquetur é uma Companhia brasileira e sua atividade principal é a gestão e operação de parques e unidades de conservação da natureza. Acreditamos em um modelo no qual a promoção do ecoturismo nas áreas protegidas gera recursos para a conservação e educação ambiental, além do crescimento sustentável do entorno.

Atuando dentro de um modelo de gestão para parques e unidades de conservação no qual há melhoria da infraestrutura, acesso e atividades de lazer e entretenimento, a Parquetur consolida serviços e parceiros buscando uma gestão mais eficiente do ponto de vista operacional e econômico em apoio ao cliente, seja público ou privado. Zelamos pelo desenvolvimento econômico sustentável das comunidades do entorno e total apoio às atividades de conservação ambiental.

O Parque Estadual do Ibitipoca é um dos Parques Estaduais mais visitados no Estado de Minas Gerais, sendo também admirado em todo o território nacional. Situado no coração da Serra do Ibitipoca, sendo uma ramificação da Serra da Mantiqueira, o Parque Estadual do Ibitipoca é uma área protegida, com 1.488 hectares, dividindo as águas dos rios Grande e Paraíba do Sul. Ao caminhar entre as suas formações vegetais, encontramos cachoeiras e piscinas naturais, muito apreciadas pelos turistas. Em alguns casos, e graças à forte correnteza, existem ainda escavações, que criam passagens subterrâneas repletas de mistério, como a Ponte da Pedra.

1.1. Alteração de denominação social

Em 1º de fevereiro de 2023, através da Assembleia Geral Extraordinária, a denominação social da Companhia foi alterada, desta maneira a Companhia deixou de ter a denominação SF 589 Participações Societárias S.A. para Parquetur Ibitipoca Itacolomi S.A.

1.2. Aspectos financeiros e sustentabilidade da continuidade operacional

i) Início da operação e evolução da visitação

A operação da Companhia iniciou-se efetivamente em 22 de agosto de 2023, com o início da implantação dos planos de gestão e operação e plano de intervenções.

Os principais serviços de apoio ao uso público no Parque Estadual do Ibitipoca e do Parque Estadual do Itacolomi, são:

- Controle de acesso ao parque: contempla sistema e equipamentos utilizados para o controle do número de visitantes que adentram o parque. Tal serviço é importante para segurança e controle de entrada e saída dos grupos de pessoas;
- Recepção de visitantes: serviço de recepção prestado pelos colaboradores da Companhia, contempla as atividades de receber, informar o visitante sobre os atrativos do parque e aspectos relacionados à segurança;
- Venda de ingressos: contempla o serviço de cobrança e venda dos ingressos para o parque - serviços de caixa;
- Serviços de alimentação: no Centro de Visitantes temos um restaurante bem localizado que atende os visitantes no mesmo horário de funcionamento do parque, onde podem ser adquiridos alimentos e bebidas para apoio nas trilhas ou no retorno da visitação dos atrativos;
- Loja de conveniência e souvenir: a instalação da loja de conveniência e souvenir permite ao visitante adquirir produtos para apoio nas trilhas, trazendo um conforto e uma melhor conveniência ao visitante;
- Manutenção e limpeza: toda a área de atendimento ao visitante recebe diariamente o cuidado de manutenção preventiva e a respectiva limpeza para utilização dos visitantes e convivência dos funcionários.
- Segurança: toda a área de atendimento ao visitante tem vigilância e acompanhamento por equipe e tecnologia.

ii) Público-alvo e Oportunidades

Em 2023 a visitação do Parque superou os 80 mil visitantes. Nos próximos 3 anos, queremos chegar ao patamar de 120 mil visitantes anuais, apoiado nas principais oportunidades do parque e no crescimento do ecoturismo em âmbito mundial e mais acentuado ainda no Brasil. Este ritmo de crescimento tem seguido o crescimento de visitação dos Parques Nacionais no Brasil e as boas perspectivas de turismo doméstico e de natureza.

iii) Desenvolvimentos e melhorias do parque

A Administração da Parquetur nos primeiros anos de operação, efetuará desenvolvimentos e melhorias no Parque, para cumprir o contrato junto ao Poder Concedente, e para otimizar a infraestrutura do Parque, com o objetivo de aumentar o número de visitantes garantindo a experiência.

De 2023 a 2024 as melhorias são de estruturação e manutenção, com o início do direcionamento do Plano de Intervenções. Após a estruturação inicial, a concessionária iniciará a 2ª etapa do Plano de Intervenções, neste há previsão de investimento de aproximadamente R\$ 10 milhões nos próximos 4 anos.

O Plano de Intervenções contempla: construção e reforma de estruturas de apoio à visitação (portarias, bilheteria, centro de visitantes etc.), estruturas de atividades âncora e acessórias e a implantação de infraestrutura de serviços públicos.

iv) Outorga Fixa

Refere-se ao direito de outorga fixa do contrato de concessão NPE/IEF N° 01/2023 celebrado entre a Companhia e o Estado de Minas Gerais, representado pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF ("Poder Concedente"), Edital da concorrência no 01/2022, Processo SEI nº 2100.01.0079109/2021-09 ("Concorrência").

Como condição para assinatura do contrato, a Companhia realizou o pagamento no valor de R\$ 4.833 mil, em março/2023. Este valor foi dividido e pago, conforme SEI/GOVMG - 60914780 - Nota Técnica e contrato de concessão, entre os seguintes credores:

- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: R\$ 2.880 mil, a título de custo e despesa com a estruturação do projeto.
- B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. R\$: 419 mil, a título de custo e despesa com a licitação do projeto.
- Instituto Estadual de Florestas - IEF R\$: 1.534 mil, a título de outorga fixa

v) Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou prejuízo no exercício, bem como prejuízo acumulado de R\$ 391 mil. Dado o quadro apresentado, a Administração da Companhia avaliou a capacidade de continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de a Companhia continuar operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 18 de setembro de 2024.

2. Apresentação das Demonstrações contábeis e Principais Práticas Contábeis Adotadas

2.1. Apresentação e base de preparação

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), conforme Lei 6.404/1976 e Lei 11.638/2007.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

A Companhia usa o real como “moeda funcional”, a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

3. Principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 e pelas Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3.1. Principais práticas contábeis

(a) Instrumentos financeiros

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os instrumentos financeiros não derivativos abrangem disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis, contas a pagar e outros ativos e passivos.

Reconhece-se o instrumento financeiro quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros deixam de ser reconhecidos por ocasião do vencimento dos direitos contratuais da entidade aos fluxos de caixas deles decorrentes, ou caso a entidade venha a transferi-los sem manter o controle ou a maior parte de seus riscos e benefícios. Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos quando essas obrigações sejam liquidadas ou canceladas.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados da seguinte forma:

- Custo amortizado: para ativos financeiros que são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, os quais decorrem do recebimento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): aplicável aos ativos financeiros mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros;

- Valor justo por meio do resultado (VJR): corresponde aos ativos financeiros não mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados à mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais instrumentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de gerenciamento de risco.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Companhia, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado, que podem afetar os negócios da Companhia, estão apresentados a seguir:

(i) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

(ii) Risco de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, caso haja. A Companhia não tem pactuado, para todos os contratos em empréstimos e financiamentos, contratos de derivativos para fazer "hedge/swap" contra esse risco. Porém, ela monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iii) Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos. O valor dos seguros contratados em 31 de dezembro de 2023 é considerado suficiente, pela Administração, com base em seus assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

(b) Ativos Circulantes

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(ii) Adiantamentos diversos

São valores pagos a fornecedores, que enviarão as notas fiscais, posteriormente em virtude da característica de prestação de serviço.

(iii) Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

(iv) Impostos a recuperar

Os tributos a recuperar têm as seguintes origens: (i) Pis e Cofins em virtude de pagamento sobre aquisição de mercadoria e serviços (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes do cálculo com base no Lucro Real Tributável, ajustados nos termos da legislação.

(c) Ativo Não-Circulante

(i) Intangível

Os ativos intangíveis constituídos em decorrência do contrato de concessão pública são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e OCPC - 05 Contratos de Concessão.

O contrato de concessão estabelecido entre a SIMA e a Companhia, prevê uma contraprestação pecuniária a ser paga ao poder concedente e a cobrança, pela Companhia, de tarifas a serem pagas pelos usuários do Parque.

O contrato prevê também que extinta a concessão patrocinada, retornam automaticamente ao poder concedente, os equipamentos, instalações e outros bens, diretos e privilégios vinculados ao serviço concedido.

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão.

Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial o ativo intangível é mensurado pelo custo de aquisição/construção, que contemplam ainda os custos de empréstimos, incluindo os juros incorridos provenientes dos empréstimos captados pela Companhia, que se qualifiquem como encargos financeiros da operação, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e das perdas do valor recuperável, quando aplicável.

No caso da Companhia, não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, razão pela qual nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações contábeis.

A vida útil de um ativo intangível de um contrato de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A vida útil estimada para os períodos correntes é estabelecida conforme prazo do contrato de concessão que foi estabelecido em 30 anos, a partir da data de recebimento do bem público e o início da operação, em 22 de agosto de 2023.

(d) Perdas no valor de recuperação (*impairment*)

No exercício findo em 2023, não foram encontrados indicativos de perda de valor recuperável dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é considerado deteriorado caso haja evidência objetiva de que uma ou mais ocorrências tiveram efeito negativo em seus futuros fluxos de caixa estimados.

A perda no valor de recuperação (*impairment*) relativa a um ativo financeiro avaliado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, sendo reconhecida diretamente no resultado. Essa perda no valor de recuperação deve ser revertida caso algum evento justifique objetivamente a reversão após o reconhecimento da perda.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de balanço ou quando há sinal de perda no valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor recuperável do ativo. A perda é reconhecida caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

O valor recuperável do ativo é o maior entre seu valor de utilização e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Para a avaliação do valor de utilização, descontam-se a valor presente os fluxos futuros de caixa, estimados por meio da utilização de uma taxa de desconto que reflita as avaliações atuais de mercado, bem como os riscos característicos do ativo.

(e) Passivos Circulantes

(i) Fornecedores

Correspondem aos valores a pagar a fornecedores que suportam as operações dos projetos e campanhas em andamento de acordo com a sazonalidade.

(ii) Obrigações trabalhistas e sociais

São todas obrigações referente a Folha de Pagamento, tais como INSS, FGTS a Recolher, Salário a Pagar, Provisões Férias, 13º Salário, FGTS e INSS sobre Férias e 13º Salário.

(iii) Obrigações fiscais

São todas obrigações federais, tais como Imposto de Renda Retido na Fonte sobre salários e sobre Serviços de Terceiros, Contribuições Retidas, PIS e COFINS.

(iv) Adiantamento de terceiros

Composto por valores recebidos de clientes, que será emitido documento fiscal oportunamente.

(v) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

As provisões para demandas judiciais e administrativas (trabalhista, civil e fiscal) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(vi) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda corrente e a despesa da contribuição social são calculados nos termos da legislação fiscal brasileira. A Administração periodicamente avalia e mensura as posições tomadas na declaração de imposto de renda em relação às situações em que os regulamentos fiscais aplicáveis estão sujeitos à interpretação. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que se espera que sejam pagos às Autoridades Fiscais.

O imposto diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

(f) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

A Companhia, baseada no modelo de cinco etapas da norma: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; analisou os contratos e identificou que as obrigações de desempenho satisfazem:

- Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria física e venda on-line) são reconhecidas no momento da visita do cliente ao parque;
- Receitas de estacionamento: As receitas decorrentes dessa operação são reconhecidas no momento da visita e uso do estacionamento pelo cliente;

- Receitas de locação: As receitas provenientes de contratos de locação são reconhecidas no resultado à medida que os prazos dos contratos vão incorrendo com base na vigência e característica dos contratos.
 - Receita de Alimentos e Bebidas: As receitas provenientes da venda de alimentos e bebidas são reconhecidas no momento da venda ao cliente do parque.
 - Receita de Souvenir: As receitas provenientes da venda de souvenir são reconhecidas no momento da venda ao cliente do parque.

(g) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são compostas substancialmente por juros sobre aplicações financeiras de liquidez imediata. As despesas financeiras incluem juros passivos e multas de mora, despesas bancárias e impostos sobre operações financeiras. Essas despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

(h) Pronunciamentos contábeis e novas interpretações emitidas

- i. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 Contratos de Seguros

A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substituiu a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis anuais.

b) Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar “práticas contábeis significativas” por “políticas contábeis materiais”. As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis.

c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro

i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação

Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia.

d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros

As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia.

ii. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2023

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas, a saber:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- a) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro 2024;
- b) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro 2024;
- c) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas *covenants* a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro 2024;
- d) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro 2024;
- e) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro 2025.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações contábeis, e acredita que não terá efeitos relevantes.

3.2. Impostos sobre as receitas operacionais

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições de acordo com a sua operação, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Impostos e contribuições</u>	<u>Sigla</u>	<u>Alíquotas - %</u>
Programa de Integração Social	PIS	0,65
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00
Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza	ISS	3,00

3.3 Fluxo de caixa

A Companhia elabora suas demonstrações do Fluxo de caixa pelo método indireto, conforme estabelecido no CPC 03.

PARQUETUR IBITIPOCA ITACOLOMI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Conta corrente	350	-
Total caixa e bancos	<u>350</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração de 100% dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

5. Contas a receber de clientes

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Recebimento por Cartões Crédito e Débito	71	-
Contratos de locação	12	-
Numerários em Transito	22	-
Total contas a receber de clientes	<u>105</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se a valores a receber de clientes, decorrentes de pagamentos realizados pela prestação de serviços.

Destacamos a seguir a classificação do saldo a receber - "aging list":

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A vencer		
Até 365 dias	105	-
Total	<u>105</u>	<u>-</u>

6. Adiantamentos diversos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamentos a empregados	-	-
Adiantamentos a fornecedores	35	-
Total de adiantamento diversos	<u>35</u>	<u>-</u>

7. Despesas antecipadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Premios de seguros a apropriar	153	-
	<u>153</u>	<u>-</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

(a) Composição

	2023			Custo Líquido
	% - Taxas	Custo	Amortização	
Outorga fixa	3,33%	4.840	(58)	4.782
Total		4.840	(58)	4.782

(b) Movimentação do Intangível

Descrição do bem	2022	Adição	Baixa	Amortização	2023
Outorga fixa	-	4.840	-	(58)	4.782
Total	-	4.840	-	(58)	4.782

Outorga Fixa

Como condição para assinatura do contrato, a Companhia realizou o pagamento no valor de R\$ 4.833 mil, em março/2023, e incorreu em R\$ 7 mil de atualização monetária do respectivo valor. Este valor foi dividido e pago, conforme SEI/GOVMG - 60914780 - Nota Técnica e contrato de concessão. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na nota explicativa nº 1.2.(iv).

A amortização será de acordo com o contrato de concessão que é de 30 anos contados da data de assinatura do Termo de Entrega do Bem Público.

Covenants

A Administração e os Assessores Jurídicos da Companhia reforçam sobre o cumprimento e bom andamento do contrato, validados pelo verificador independente e pelo poder concedente. Destaca-se que a Companhia possui pendências cujos prazos de entrega não condizem com aqueles firmados no contrato, ainda que, conforme declaração de bom andamento contratual emitida pelo Poder Concedente, até o momento, não se teve prejuízo da execução do objeto contratado, sendo eles: apresentação das demonstrações financeiras auditadas e trimestrais; Sistema de Estão de Segurança, cuja prorrogação foi solicitada e devidamente aprovada; Modelo de Relatório de Desempenho Anual. A declaração de bom andamento contratual emitida pelo Poder Concedente, reforça que a empresa tem apresentado de forma satisfatória a execução contratual e a Administração e os Assessores Jurídicos da Companhia entendem que não há risco à continuidade operacional da Companhia e da concessão.

PARQUETUR IBITIPOCA ITACOLOMI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

	2023	2022
Ativo		
Parquetur Caminhos do Mar	511	-
Parquetur Chapada dos Guimarães	143	-
Parquetur Itatiaia	94	-
	<u>748</u>	<u>-</u>
Passivo		
Parquetur Chapada dos Veadeiros	(7)	-
	<u>(7)</u>	<u>-</u>

Mútuo em conta corrente com empresas coligadas a serem liquidado em 24 meses.

10. Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores	27	-
Total fornecedores	<u>27</u>	<u>-</u>

Correspondem aos valores a pagar para fornecedores nacionais para execução dos projetos e prestações de serviços nas dependências do parque.

11. Obrigações trabalhistas e sociais

	2023	2022
Salários e ordenados	21	-
Pró-labore a pagar	7	-
INSS a recolher	13	-
FGTS a recolher	3	-
Provisão de férias e encargos	19	-
Total obrigações trabalhistas e sociais	<u>63</u>	<u>-</u>

12. Impostos e contribuições a recolher

	2023	2022
IRRF Terceiros	43	-
ISS sobre faturamento	5	-
COFINS a recolher	8	-
PIS a recolher	2	-
CRF a recolher	132	-
IRRF salários a recolher	1	-
Total Impostos e contribuições a recolher	<u>191</u>	<u>-</u>

PARQUETUR IBITIPOCA ITACOLOMI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Adiantamento de Clientes

	2023	2022
Adiantamento de clientes	140	-
Total adiantamento de terceiros	140	-

14. Remuneração da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços foi de R\$ 50 mil em 2023 e não houve remuneração em 2022.

15. Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 5.300.000,00 (R\$ 400,00 em 31 de dezembro de 2022) e estão representados por 5.300.400 (400 em 2022) ações nominativas.

Em 31 de dezembro de 2023

Acionistas	Quantidade	Valor (R\$)	%
Parques F.I. Partic. Infraestrutura	5.300.400	5.300.400	100,00%
Total capital social	5.300.400	5.300.400	100,00%

Em 31 de dezembro de 2022

Acionistas	Quantidade	Valor (R\$)	%
Luis Guilherme de Sousa Silva	200	200	50,00%
Lawrence Santini Echenique	200	200	50,00%
Total capital social	400	400	100,00%

(a) Mudança de composição acionária

Em 6 de janeiro de 2023, conforme termo de transferência do livro acionário, os Srs. Luis Guilherme de Sousa Silva e Lawrence Santini Echenique, transferem a totalidade de suas ações para a Parques Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura.

PARQUETUR IBITIPOCA ITACOLOMI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Aumento de capital

Em 1 de fevereiro de 2023, conforme ata da assembleia geral extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia em R\$ 5.300 mil, com a emissão de 5.300 mil novas ações ordinárias e sem valor nominal, subscritas pelo acionista Parques Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, cujo capital foi integralizado em 05 de abril de 2023.

(c) Adiantamento para futuro aumento de capital

Considerando a necessidade de recursos para continuidade dos projetos a Companhia recebeu de seus sócios aportes de adiantamento para futuro aumento de capital.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial do exercício	-	-
Aportes para futuro aumento de capital (i)	800	-
Integralização de capital	-	-
Saldo final do exercício	<u>800</u>	<u>-</u>

(i) No decorrer do exercício de 2023, a Companhia recebeu aportes para futuro aumento de capital, que serão utilizados na integralização do capital social da Companhia em período posterior, sendo recebidos nas seguintes datas:

<u>Data do AFAC</u>	<u>Valor do AFAC em milhares de reais</u>
04 de julho de 2023	200
05 de setembro de 2023	400
27 de novembro de 2023	200
	<u>800</u>

Eventos subsequentes

Em 08 de janeiro de 2024 e em 27 de fevereiro 2024, foram efetuados adiantamentos para futuro aumento de capital, conforme contrato de adiantamento para futuro aumento de capital, com valor de R\$ 200, cada um, totalizando o montante de R\$ 400, que será utilizado na integralização do capital da Companhia em período posterior.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Reserva Legal

Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício social em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não constituiu reserva legal.

16. Receita Líquida

A receita líquida da Companhia e dos custos relacionados às receitas, apresentadas nas demonstrações a seguir:

Descrição	2023	2022
Serviços Prestados	865	-
Locação e Eventos	52	-
Receita bruta operacional	917	-
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(54)	-
Receita líquida operacional	863	-

17. Custos das mercadorias e serviços prestados

Descrição	2023	2022
Custos com pessoal	(293)	-
Seguros	(101)	-
Locação de equipamentos	(16)	-
Locação de veículos	(4)	-
Combustível	(14)	-
Uniformes	(16)	-
Despesas com viagens	(60)	-
Manutenção e reparo	(2)	-
Amortização da outorga fixa	(58)	-
Custos das mercadorias, produtos e serviços prestados	(564)	-

PARQUETUR IBITIPOCA ITACOLOMI S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas administrativas e gerais

	2023	2022
Serviços prestados por terceiros	(386)	-
Propaganda e publicidade	(121)	-
Despesas com pessoal	(64)	-
Material de uso e consumo	(46)	-
Honorários advocatícios	(30)	-
Outras despesas	(24)	-
Total	<u>(671)</u>	<u>-</u>

19. Resultado financeiro, líquido

As principais despesas e receitas incorridas nos períodos podem ser assim apresentados:

(a) Despesas financeiras

	2023	2022
Despesas bancárias	(1)	-
Juros cartão de crédito	(18)	-
	<u>(19)</u>	<u>-</u>

(b) Receitas financeiras

	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	-	-
Descontos obtidos	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(19)</u>	<u>-</u>

20. Imposto de renda e contribuição social

Descrição	2023	2022
Prejuízo antes dos impostos	(391)	-
Adição ao lucro real	-	-
Exclusões ao lucro real	-	-
Base tributável no lucro real	<u>(391)</u>	<u>-</u>
IRPJ correntes - 15%	-	-
IRPJ correntes - 10%	-	-
CSLL correntes - 9%	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia auferiu prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 391mil. O montante acumulado dos saldos e de R\$ 391 mil, os quais não possuem prazos prescricionais e sendo sua compensação limitada a 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base futuro.

A Administração não procedeu com o registro de impostos diferidos em virtude da ausência de expectativa de lucro tributável futuro.

21. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia não é parte em processos trabalhistas, cíveis ou tributários discutidos judicialmente, deste modo, não tendo processos prováveis ou possíveis de perda.

De acordo com a legislação tributária vigente, as declarações de imposto de renda dos últimos cinco anos e outros impostos e contribuições permanecem abertas para revisão e aprovação pelas autoridades fiscais por períodos variáveis. No entanto, a Companhia acredita que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia outros riscos significativos conhecidos que devam ser refletidos nas demonstrações contábeis.

22. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia mantém apólices de seguro, segundo a cobertura contratada, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ ou responsabilidades. Os riscos cobertos compreendem: Seguro de Responsabilidade Civil e Seguro Patrimonial e Seguro Veículos.

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

Risco Coberto	Seguradora	Limite Cobertura	Vigência
Patrimonial	CHUBB SEGUROS	5.000.000	15/05/2023 a 15/10/2024
Responsabilidade Civil	EZZE SEGUROS	3.000.000	15/05/2023 a 27/10/2024
Execução	KOVR SEGURADORA	9.424.929	23/03/2023 a 23/03/2025

* * *